



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Gabinete do Ministro de Estado e da Presidência

Programa Nacional de Compras Electrónicas

**Generalização dos projectos-piloto a toda a
Administração Pública e disponibilização do portal**

www.compras.gov.pt

**Intervenção de S. Exa. o
Ministro de Estado e da Presidência,
Dr. Nuno Morais Sarmiento,**

Centro de Congressos de Lisboa
Lisboa, 12 de Janeiro de 2005, 10h30m

(Só faz fé o discurso efectivamente proferido)



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Gabinete do Ministro de Estado e da Presidência

**Senhor Ministro das Finanças e da Administração Pública,
Dr. António Bagão Félix**

**Senhores Ministros e Senhores Secretários de Estado aqui
presentes,**

**Senhor Gestor da Unidade de Missão Inovação e
Conhecimento, Dr. Diogo Vasconcelos**

**Senhoras e Senhores Responsáveis, em cada um dos
ministérios, pela Coordenação, Gestão e Operação dos
Projectos do Programa Nacional de Compras Electrónicas,**

Ilustres Convidados,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

A palavra “comprar” tem, hoje, um sentido diferente, no país, graças
ao trabalho desenvolvido, no último ano e meio.

E isso representa muito para os Portugueses.



Representa uma nova forma de trabalhar nas organizações.

Representa uma nova forma de entender a utilização dos dinheiros públicos.

Representa um novo impulso na interacção entre Estado e mercado, capitalizando aquilo que, de melhor, cada um dos agentes tem para oferecer.

Tal como em outras iniciativas recentes - de que é bom exemplo o Portal do Cidadão – o factor determinante para o sucesso do Programa Nacional de Compras Electrónicas **não foi, não é e não será nunca**, a tecnologia, a lei ou os processos.

Não, a chave são as pessoas, sois todos vós.

São as pessoas que trabalharam empenhadamente nos projectos-piloto, com recurso a novas ferramentas de trabalho, que ajudaram a conceber novas estruturas de *sourcing* e que promoveram a evolução da lei.



Este milhar de pessoas deixou bem claro que há capacidade humana, na nossa Administração Pública, para fazer a mudança.

Pessoas diferentes, com backgrounds diversos, em posições funcionais e hierárquicas distintas, em cada uma das muitas organizações, aceitaram prosseguir o mesmo objectivo: mudar.

Um milhar de pessoas acreditou que melhor era possível.

E, hoje, são vencedoras.

Ouvimos falar tanto em eficiência, em racionalização, em resultados e outras palavras do género e, às vezes, não nos disponibilizamos para valorizar o que merece ser valorizado, não nos disponibilizamos para agradecer, para aplaudir.

A mudança também passa por aí e esse tem de ser, também, o contributo de quem tem responsabilidades políticas.

Minhas Senhoras e meus Senhores,



Os projectos-piloto conduzidos em oito ministérios - centro e trinta organismos - ajudaram-nos a perceber, em definitivo, que a utilização de plataformas electrónicas para a promoção de aquisições agregadas em leilão (soluções já testadas pelo mercado), permitia,

com um pouco de organização e inter-comunicação,

atingir significativas poupanças de custos, com benefícios para todos:

- Para os cidadãos, que confirmam uma utilização eficiente das suas contribuições;
- Para os agentes económicos, que experimentam as vantagens do funcionamento do mercado, no qual os mais competitivos são os vencedores;
- E para os funcionários da Administração Pública ligados ao processo aquisitivo, que encontram, nesta nova forma de comprar, um estímulo acrescido ao desempenho das suas funções.



Por outro lado, o registo nacional de fornecedores é um marco fundamental na mudança de o Estado ver, reconhecer e credenciar aqueles que lhe vendem produtos ou que lhe prestam serviços.

O Portal *compras.gov.pt* surge como peça essencial neste *puzzle*, porquanto representa, em si mesmo, o estabelecimento sólido de uma ponte entre o Estado e estes seus fornecedores.

Com este novo Portal, a transparência no relacionamento entre quem compra e quem vende ganha novo significado.

Mas a tecnologia por si só não permite, de facto, ganhos, apenas os potencia.

É por isso que os esforços contemplaram outras vertentes tão ou mais importantes.

Destaco a vertente do processo *per si* e a vertente do enquadramento legal.



Em relação à análise e transformação do processo aquisitivo, foram várias as iniciativas que garantiram a “adequação do terreno” a esta nova forma do Estado comprar.

O desenvolvimento de mecanismos de agregação da procura, o novo entendimento sobre as famílias de produtos e, a montante, a concepção da figura das unidades ministeriais e da unidade nacional de compras – mais pormenorizadas na brochura distribuída - foram pequenos grandes passos na consolidação do Programa.

Para ultrapassar um quadro legislativo que contemplava realidades que já não existiam ou que não contemplava realidades já existentes, foi aprovado um novo regime jurídico de aquisição de bens e serviços por via electrónica na Administração Pública, com a aposta na revisão de acordos-quadro.

E neste Decreto-Lei, destaco a mudança de paradigma que serve de base ao desenvolvimento de todo o diploma: definiu-se, não que o Estado pode, mas sim que o Estado **deve** fazer as suas aquisições por via electrónica, tendo que fundamentar previamente os motivos, sempre que o não faça por esta via.



No entanto,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

(e retomo a minha mensagem inicial),

Não obstante a importância da tecnologia, do processo e da lei, não tenhamos dúvidas: estas peças só são relevantes porque as pessoas, muitos de vós, funcionários da Administração Pública, por um lado, agentes do mercado, por outro, aceitaram este desafio.

E os resultados estão à vista: em apenas um ano, e para um leque muito reduzido de produtos e serviços, uma poupança de cerca de três milhões e meio de euros.

Para Dezembro de 2006, a estimativa de um potencial de poupança anual, já com o Programa completamente implementado, é de mais de **duzentos e cinquenta milhões de euros**.

O que, considerando o já exposto, nos parece uma estimativa até conservadora.



Para lá chegarmos, temos ainda muito por fazer.

Desde logo, os projectos-piloto realizados:

- na Presidência de Conselho de Ministros;
- no Ministério da Segurança Social, da Família e da Criança;
- no Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações;
- no Ministério da Educação;
- no Ministério da Justiça;
- no Ministério da Saúde;
- no Ministério das Finanças e da Administração Pública; e
- no Ministério da Agricultura, Pescas e Florestas.

serão estendidos, neste segundo momento, a um leque mais vasto de categorias e a outros organismos dentro de cada um destes ministérios.



A esta situação, junta-se o envolvimento de outros organismos, representando o segundo grupo de ministérios, para avançar na consolidação deste projecto:

- o Ministério da Ciência, Inovação e Ensino Superior;
- o Ministério da Administração Interna;
- o Ministério da Cultura;
- o Ministério das Actividades Económicas e do Trabalho;
- o Ministério das Cidades, Administração Local, Habitação e Desenvolvimento Regional;
- o Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território;
- o Ministério dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas;
- o Ministério do Turismo.

A formalização desta extensão, com a criação das unidades ministeriais de compras, é o próximo grande desafio que se vos coloca - a gama de produtos será maior, a realização de procedimentos aquisitivos electrónicos será mais regular.



Deixará de ser um ensaio, ainda que com resultados a valer, para ser uma prática normal.

É esse o desafio.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

O XV Governo, convosco, arriscou na antecipação do futuro.

O XVI Governo, este Governo, apoiou, desde o início, de forma entusiasmada, esta iniciativa.

Mas que fique, bem claro, o seguinte:

nós, decisores políticos, fomos meros facilitadores de um processo de mudança global, mais forte do que qualquer um de nós.

Podíamos optar por nos defendermos da mudança, cristalizando práticas, atitudes, conceitos.

Mas não é isso que se espera de nós, nem de vós.



E a este propósito, partilho convosco um provérbio chinês que alguém me referia há dias, que se adequa bem a esta transformação:

“Quando sopram ventos de mudança, alguns constroem muros, outros aproveitam para construir moinhos de vento”.

Foi isso que foi feito com este Programa, no último ano e meio.

Se queremos que a Administração Pública portuguesa dispute, com legitimidade, o título de melhor prestador de serviços em Portugal, temos de assumir, em definitivo, que a Sociedade da Informação e do Conhecimento não se pára, não se atrasa, constrói-se sem hesitações.

Que esta nova dinâmica, esta nova atitude, cada vez mais sólida e contínua, que nos demonstra a todos que somos capazes de fazer melhor, continue sempre presente.

Em respeito por nós mesmos, em respeito por Portugal.